

Breve perfil dos-as docentes de Geografia que atuaram no Ensino Superior entre 2015 e 2021 no Brasil: o que explicita o CAGED?

Rodrigo Coutinho Andrade (*)

Introdução

No ano de 2021¹ existiam 333 cursos superiores de licenciatura em Geografia no Brasil – 235 presenciais e 98 na modalidade à distância (EaD) –, fragmentados em diferentes sistemas de ensino de acordo com a particularidade de cada Instituição de Ensino Superior (IES)². Entre os cursos presenciais para licenciados no campo científico-disciplinar geográfico, 193 estavam em universidades, 10 em centros universitários, 13 em faculdades, e 19 em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF) ou Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET); enquanto na EaD 47 cursos em universidades, 42 em centros universitários, sete em faculdades e dois em IF-CEFET (INEP, 2024).

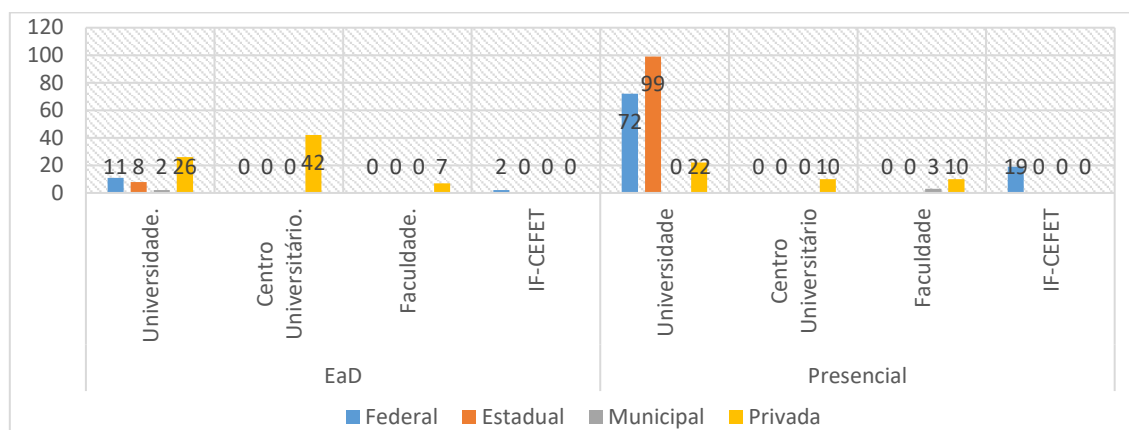
Proporcionalmente, os cursos presenciais e na modalidade EaD estavam, em 2021, majoritariamente nas universidades em 82,13% e 47,96% respectivamente, sendo o último muito próximo quantitativamente dos Centros Universitários – 42,86%. No entanto, além da peculiaridade apontada acima diante da forma legal-institucional de cada escopo, que compõe o Ensino Superior mediante sua estruturação e obrigatoriedade em cumprir o tripé ensino-pesquisa-extensão – delimitado às universidades – por exemplo, ou apenas as atividades de ensino – faculdades, centros universitários, e IF-CEFET –, verificamos outras assimetrias ante os sistemas de Ensino Superior e a Rede de Ensino do mesmo nível quando comparada a EaD com o ensino presencial.

(*) Professor adjunto do Departamento de Geografia do Instituto Multidisciplinar – Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ). Professor do PPGEduc-UFRRJ e do PPGEO-FFP/UERJ. Membro do GTPS-UFRRJ e da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói. Possui doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEDUC/UFRRJ).

¹ Cabe indicar que a delimitação histórica tem como razão a limitação cronológica das informações, que finda em 2021.

² Universidade, Faculdade, Centro Universitário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

Gráfico 1 - Distribuição dos Cursos de Licenciatura em Geografia no Brasil, de acordo com a modalidade educacional, os sistemas de ensino e o escopo da IES – 2021.



Fonte: INEP (2024).

Foram 76,53% dos cursos superiores de licenciatura em Geografia na modalidade EaD ofertados pelo sistema privado em 2021, enquanto no universo presencial o percentual alcançou 21,28% no mesmo ano neste sistema de ensino. Comparando a forma no qual se estrutura o sistema privado no formato presencial, os cursos em questão foram, em grande maioria, sediados por entidades sem fins lucrativos³, enquanto na EaD o contrário se observa⁴ – maior presença de cursos do sistema privado com fins lucrativos. Em números objetivos, na modalidade presencial – no sistema privado – 33 cursos de licenciatura de Geografia foram ofertados por entidades sem fim lucrativos, e apenas nove em entidades com fins lucrativos, enquanto na EaD 48 espaços formativos privados tinham fins lucrativos, e 27 não (INEP, 2024). Análise que incorre, por razões óbvias, à assimetria da finalidade-intencionalidade dos sistemas privados de ensino e a sua própria constituição.

Os dados apresentam maior profundidade e dissimetria em relação à oferta de vagas. Em 2021 foram disponibilizadas 184.292 vagas para ingresso nos cursos superiores de licenciatura em Geografia na EaD, enquanto no cunho presencial foram apenas – em termos comparativos – 16.325. Ou seja, de 200.617 “cadeiras” disponíveis para a entrada de discentes no curso discriminado, 91,86% foram via EaD e apenas 10.310 em universidades públicas – estaduais e federais, sendo 1.654 em universidades privadas – presencialmente, que “encampa”

³ Em 18 universidades, 7 nos centros universitários, e 8 em faculdades, enquanto entidades privadas com fins lucrativos foram 4 nas universidades, 3 em centros universitários, e 2 nas faculdades (INEP, 2024).

⁴ Em 16 universidades, 27 centros universitários, 5 faculdades, enquanto em entidades privadas sem fins lucrativos foram 10 em universidades, 15 nos centros universitários, e 2 nas faculdades (INEP, 2024).

apenas 5,14% do total (INEP, 2024). Portanto, e obviamente, a participação no quantitativo de vagas dos cursos superiores de licenciatura em Geografia é composta majoritariamente por instituições privadas com fins lucrativos na modalidade EaD – 156.419 –, fragmentadas em 104.052 nas universidades, 47.167 em centros universitários, e 5.200 nas faculdades, e nas instituições privadas sem fins lucrativos foram ofertadas 24.645⁵, enquanto no âmbito público foram apenas 3.010 – sendo 220 em IF-CEFET.

Porém, o mesmo número não reflete o quantitativo de matrículas considerando o ano de 2021, quando 51.068 pessoas se inscreveram nos cursos superiores de licenciatura em Geografia no Brasil (INEP, 2024) – aproximadamente um quarto das vagas oferecidas. Neste universo, o maior número foi abarcado pela modalidade presencial, sendo 24.775 em universidades⁶ – deste *quantum*, apenas 420 no âmbito privado –, 8.971 nos centros universitários, 251 em faculdades, e 301 em IF-CEFET (INEP, 2024), enquanto na EaD 23.245 estudantes se matricularam, capitaneados principalmente pelo sistema privado de ensino – 18.504 discentes; sendo nos sistemas públicos de ensino aproximadamente um quinto do total⁷ deste universo. Cabe destacar que a predominância da EaD nos espaços privados ocorreu sobre os cursos com fins lucrativos em 16.342 matrículas. O mesmo se repete quando analisamos o número de concluintes em 2021 – 3.391 em cursos presenciais, e 3.357 na modalidade EaD (INEP, 2024).

Por fim, mesmo que introdutoriamente diante da particularidade do presente estudo, cabe acrescer a formação dos-as docentes que atuaram no Ensino Superior brasileiro na área Educação⁸ ao longo do ano de 2021 – notoriamente em relação à conclusão da pós-graduação *stricto sensu*. Dentro deste universo, a concreção dos cursos de mestrado e doutorado ocorreu de modo similar entre as modalidades presencial e EaD, cabendo destaque positivo – com devidas ressalvas – para a rede pública, assim como para a rede privada sem fim lucrativo, enquanto a menor proporção se observa no sistema privado com fins lucrativos nos dois escopos – presencial e EaD. Âmbito este que oferta o maior número de vagas, o que já induz hipoteticamente para determinado elemento liofilizador – *downsizing* – praticado por tais

⁵ Sendo 9.047 em universidades, 13.543 nos centros universitários, e 2.055 nas faculdades (INEP, 2024).

⁶ 11.692 em instituições federais, 12.663 nas universidades federais, e apenas 420 nos sistemas privados (INEP, 2024).

⁷ Sendo 1.227, 3.194, 19 em universidades federais, estaduais e municipais respectivamente, além de 301 nos IF-CEFET (INEP, 2024).

⁸ Não há uma distinção direta da ciência geográfica nos dados consultados, apenas sua inclusão no campo da Educação de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais (Cine Brasil).

instituições. Contudo, a maior parcela de doutores está na rede pública federal, com diferença significativa quando comparada às demais.

Tabela1: Percentual dos docentes que atuaram no Ensino Superior de acordo com a conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação – 2021.

	EaD			Presencial		
	Total	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado
Total	94,6 ⁹	25,6	68,9	95,7	16,9	78,8
Pública Federal	99,0	6,7	92,2	97,7	10,0	87,7
Pública Estadual	93,8	26,2	67,6	93,5	22,7	70,8
Pública Municipal	96,5	42,1	54,4	92,0	39,0	53,0
Privada com fins lucrativos	89,7	38,1	51,6	89,1	38,8	50,2
Privada sem fins lucrativos	93,3	41,0	52,3	93,0	33,5	59,6

Fonte: INEP (2024).

Após a breve introdução como forma de acamamento de algumas variáveis do Ensino Superior, mesmo que realizado de modo sintético, o presente estudo tem como gênese o tratamento dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) estruturado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹⁰ acerca dos-as professores-as de Geografia no Brasil, neste momento com foco nos que atuaram nos cursos superiores de licenciatura entre 2015 e 2021, considerando para efeito comparativo algumas variáveis das etapas da Educação Básica. O problema norteador deste estudo se assenta na diferenciação entre os-as professores-as nos-dos diferentes níveis de ensino, assim como no Ensino Superior em si,

⁹ 5,4% dos docentes dos cursos de licenciatura em Geografia não possuíam em 2021 qualquer formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

¹⁰ Também nos debruçaremos sobre os dados do INEP e do PNAD-IBGE.

considerando as condições materiais de-para-o trabalho, como o rendimento mensal e a duração do vínculo entre homens brancos e pretos-pardos e mulheres brancas e pretas-pardas. Hipoteticamente esta pesquisa tem como centralidade a diferenciação da composição dos-as docentes nos diferentes níveis de ensino, apontando maior protagonismo para a presença masculina e branca no Ensino Superior, que destoa quando comparado ao nível de ensino inferior. Neste sentido, objetivamos expor, por meio dos dados institucionais acima discriminados, assim como no recorte histórico adotado, as contradições no-do corpo do magistério em Geografia no Brasil. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter explicativo, que se ancora no exame de dados estatísticos do CAGED e do INEP para o desvelo da hipótese.

Cabe especificar que os procedimentos técnico-metodológicos para a obtenção dos dados têm diferenciações. Enquanto o Censo do Ensino Superior, realizado pelo INEP, “é um levantamento censitário, realizado anualmente, em caráter declaratório e mediante coleta de dados descentralizada, tendo como unidades de informação as IES, os cursos, os alunos e os docentes” (INEP, 2023, p. 12) de forma obrigatória e dentro de um calendário específico, o RAIS tem como fundamento a captura dos dados por meio de quatro grupos¹¹, realizado também com calendário específico, e cumprida através da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) de acordo com diferentes variáveis.

Os dados de Vínculos Empregatícios – RAIS 2023 - encontram-se organizados de modo que cada relação de trabalho formal declarada (constituída por um trabalhador, um estabelecimento empregador e as relações estabelecidas entre eles) é registrada na base. Assim, um registro da base é formado por grupos de variáveis relativas ao estabelecimento (atividade econômica, localização geográfica, tamanho), ao trabalhador (gênero, escolaridade, idade, raça/cor, tipo de deficiência, nacionalidade) e ao próprio vínculo (data e tipo de admissão, data e causa de rescisão, ocupação, remuneração, horas trabalhadas, tempo de emprego e matrícula) (CAGED, 2024, p. 3-4).

A segunda ressalva se reserva para a captura das informações, no qual expomos que o processo de sistematização e busca dos dados do INEP se realiza por meio da verificação de diferentes tabelas, de acordo com a finalidade, em seu sítio eletrônico (INEP, 2024), sendo as distintas variações obtidas pelo manuseio das mesmas. Já no caso do CAGED, o site dispõe de um campo de busca (CAGED, 2024) no qual utilizamos a expressão “professor de geografia do

¹¹ “GRUPO 1 - Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões; GRUPO 2 - Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) e que não sejam optantes pelo Simples Nacional; GRUPO 3.1 Pessoas Jurídicas - empregadores optantes pelo Simples Nacional e entidades sem fins lucrativos; GRUPO 3.2 - Empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF; GRUPO 4 - órgãos públicos e organizações internacionais” (Brasil, 2024, p. 2).

Ensino Superior” para a coleta dos dados – código 234740 (CAGED, 2024) –, possibilitando a verificação de diferentes informações como mercado de trabalho, perfil do trabalhador, remuneração, perfil do empregador, distribuição geográfica e histórico de vagas.

O perfil docente de Geografia no Ensino Superior: o que explicita o RAIS-CAGED?

Entre 2015 e 2021 a variação quantitativa de docentes que atuaram nos cursos superiores de licenciatura em Geografia no Brasil não foi significativa, considerando acréscimos positivos e negativos no período em questão – oscilações não muito abruptas em comparação às etapas de Ensino da Educação Básica. No total, em 2021, 1.343 professores-as (CAGED, 2024) lecionaram no curso acima mencionado, sendo 23 a mais do que em 2015. Tal tendência não se observa no Ensino Médio, pois ao longo do período tomado como recorte histórico houve a retração de 2.671 professores-as com maior incidência sobre as mulheres – deste universo, “apenas” 353 docentes do gênero masculino constam como decréscimo nesta etapa de ensino da Educação Básica –, enquanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental ocorreu a ampliação significativa de 3.507 professores-as (CAGED, 2024). Porém, quando equiparamos a proporção entre homens e mulheres os dados apresentam a primeira discrepância entre os níveis de ensino, assim como as etapas da Educação Básica.

Tabela 2 – Total de docentes dos Cursos Superiores de Geografia no Brasil considerando o gênero – 2015-2021.

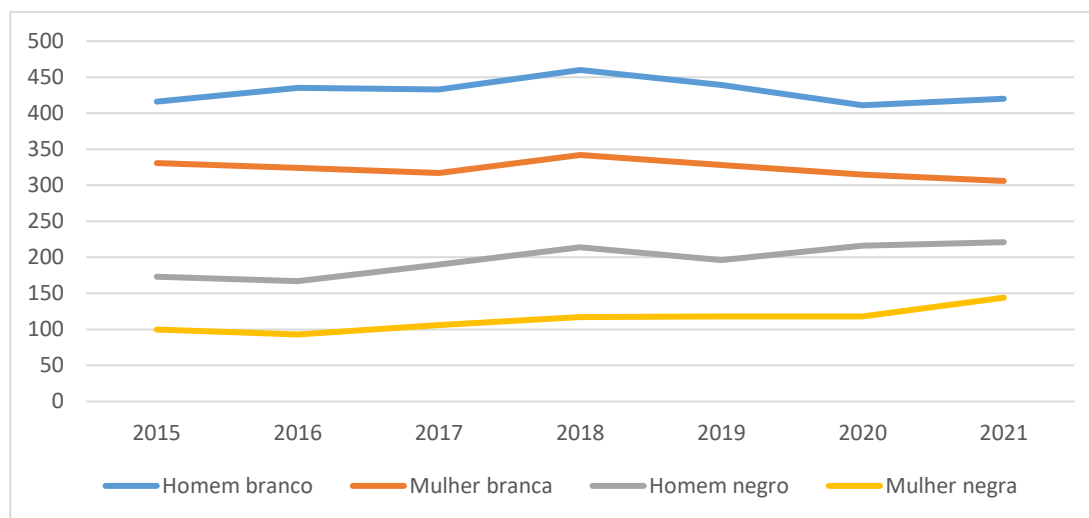
Ano	Ocupados	Homem	Mulher
2015	1320	753	567
2016	1345	781	564
2017	1340	779	561
2018	1438	830	608
2019	1375	792	583
2020	1324	775	549
2021	1343	785	558

Fonte: CAGED (2024).

Se no Ensino Superior a docência nos cursos de Geografia contou com majoritária proporção masculina em 2021, mensurada em 58,45%, nos Anos Finais do Ensino Fundamental estes eram 35,76%, enquanto no Ensino Médio 51,06% (CAGED, 2024). Isto reitera a primeira conclusão acerca da divisão ocupacional do trabalho de acordo com o gênero, no qual se observa menor participação feminina quanto maior for o nível de ensino; e também, como veremos adiante, menor o rendimento mensal com devidas ressalvas em relação à raça-etnia –

o que não ocorre na Educação Básica, com predominância para a mulher branca. A segunda assertiva possível reside sobre a composição dos-as docentes de acordo com o gênero-raça, no qual se nota retração das professoras brancas a partir do ano de 2018, seguida do acréscimo de professores-as negros-as. Mesmo estas em número acima dos professores-as negros-as.

Gráfico 2 - Docentes dos cursos superiores de licenciatura em Geografia de acordo com o gênero e a raça-etnia - 2015-2021.



Fonte: CAGED (2024).

O fenômeno acima explicita, em largo sentido, a composição da força de trabalho no Brasil no período discriminado. De acordo com o PNAD-IBGE, o perfil da População Economicamente Ativa (PEA) em relação à raça-etnia, assim como a formação em nível superior tomando o ano de 2021 como referência, apresentou elevada desigualdade entre mulheres-homens-negros-as-brancos-as. Entre as ocupações com maiores rendimentos que demandavam formação superior, os negros-as se situaram em 25,6% (IBGE, 2024), sendo o contrário – não na mesma proporção – em postos de trabalho com menores rendimentos¹², tinham no mesmo momento um pouco menos da metade proporcional dos brancos-as com diplomas superiores, e detinham salários mensais de 68,25% da totalidade absorvida pelos-as brancos-as (IBGE, 2024).

¹² Podemos tomar como exemplo: “uma em cada seis mulheres negras ocupadas (15,5%) trabalha como empregada doméstica, uma das ocupações mais precarizadas em relação a direitos trabalhistas e reconhecimento e com remuneração inferior à média. As trabalhadoras negras empregadas domésticas sem carteira recebiam, em média, R\$ 950 por mês – valor R\$ 461 abaixo do salário mínimo em vigência” (DIEESE, 2024, p. 7).

Mesmo sendo o Ensino Superior o nível de menor demanda docente no Brasil, vide o número de cursos e estabelecimentos – tomando o caso da licenciatura em Geografia –, observa-se um *relativo* – grifo do autor – espelho entre os-as docentes brancos-negros homens-mulheres nos diferentes níveis de ensino – considerando que a atuação no magistério requer formação superior. Se observamos a predominância branca no Ensino Superior, podemos reiterar que ela ocorre na totalidade educacional neste campo científico, mas a maior proporção de negros-as reside de-no modo decrescente tomando os Anos Finais do Ensino Fundamental como parâmetro – a mulher negra, menor percentual em todos os níveis de ensino, só supera o homem negro nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Tabela 3 – Distribuição dos docentes de Geografia de acordo com os níveis de ensino, o gênero, e a raça-etnia – 2021.

Níveis de ensino e etapas da Educação Básica	Mulher branca	Mulher negra	Homem branco	Homem negro
<i>Anos Finais do Ensino Fundamental</i>	3624	2093	3083	1960
<i>Ensino Médio</i>	3845	1416	3549	1827
<i>Ensino Superior – Cursos de licenciatura</i>	306	144	420	221

Fonte: CAGED (2024).

Outro elemento cabível para análise da tabela acima se remete às regiões e a composição racial. Somente na região Nordeste o número de professores-as negros-as dos cursos de licenciatura superaram os não-negros em 25, sendo inferior a metade nas demais com exceção da região Centro-Oeste (CAGED, 2024). A terceira conclusão do estudo decorre da distribuição etária dos docentes que lecionaram entre 2015 e 2021 nos cursos aqui analisados. Se na Educação Básica o fenômeno de *adulti-idosificação* (Andrade, 2023) ocorre por meio da retração de jovens no magistério¹³ combinada à inserção dos adultos e idosos, o mesmo se repetiu no Ensino Superior por meio da retração de docentes até 39 anos acompanhado da ampliação dos segmentos etários posteriores. Sinteticamente, a docência no curso em questão

¹³ No caso do Ensino Médio e dos Anos Finais do Ensino Fundamental este fenômeno está ocorrendo desde o início da última década por meio da retração dos-as docentes jovens, sendo sentido também na escala mundial. Para sermos mais específicos, a redução ocorreu entre as docentes até 39 anos, enquanto em relação aos homens se observa na faixa etária até 39 anos (Andrade, 2023).

se concentra principalmente entre 30 e 64 anos, mas com redução desde 2015 para a faixa etária mais jovem, seguida de acréscimo das demais posteriores.

Tabela 4 – Perfil etário dos-as professores-as dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil – 2015-2021.

	18-24	25-29	30-39	40-49	50-64	acima de 65
2015	4	92	437	433	309	45
2016	3	68	467	427	331	49
2017	2	64	444	424	350	56
2018	3	56	470	462	383	64
2019	2	42	416	462	390	63
2020	2	21	380	471	391	59
2021	2	22	367	484	405	63

Fonte: CAGED (2024).

A relação direta com o vínculo do trabalho e as condições materiais para o exercício do magistério superior explicitam elementos próximos da Educação Básica em sentido comparativo, mas destoante ante à expressão numérica. Em média a duração do vínculo dos-as professores-as do curso em questão ascendeu, entre 2015 e 2021, de 107,08 para 141,09 meses (CAGED, 2024), com abruptas diferenças entre raça-gênero.

De modo geral, a duração dos vínculos apresentou ascensão entre homens-mulheres-negros-brancos em sua totalidade, mas com dissimetrias de aproximadamente 30 meses em 2021, mesmo ano em que a mulher negra esteve lecionando nos cursos em questão 42 meses – aproximadamente – a menos que a mulher branca – a que mais se manteve; nem em 2021 os dados expostos sobre as mulheres negras se equiparam às mulheres brancas em 2015. E, se observarmos com melhor nitidez, a diferença do tempo de vínculo de trabalho entre negros-as e brancos-as amplia ao longo do período adotado nesta pesquisa. Em suma, a raça-etnia interpõe sobre a duração no labor – tomada aqui como quarta conclusão.

Tabela 5 – Duração do vínculo de trabalho em meses dos-as docentes dos cursos superiores de licenciatura em Geografia no Brasil – 2015-2021.

Ano	Total	Branco	Negros	Homem negro	Mulher negra	Homem branco	Mulher branca
2015	107,08	109,86	84,52	83,26	86,71	103,35	117,87
2016	113,67	117,71	86,17	84,1	89,9	110,35	127,27
2017	120,21	122,09	89,92	90,54	88,82	115,96	130,3
2018	123,66	125,13	95,01	98,46	88,7	121,45	130,03
2019	130,52	132,65	104,76	108,27	98,94	127,66	139,25
2020	137,23	144,26	113,8	119,51	103,35	140,72	148,81
2021	141,09	149,45	119,64	125,4	110,79	146,37	153,25

Fonte: CAGED (2024)

Em relação ao rendimento médio mensal, tomado aqui como quinta conclusão após a análise dos dados, os docentes dos cursos superiores de licenciatura em Geografia obtiveram ampliação da renda em 55,21% entre 2015 e 2021. No entanto, a disparidade salarial entre homens e mulheres é superior do que a mensurada em todas as etapas de ensino da Educação Básica, quantificada em 11,56% (CAGED, 2024)¹⁴ – em relação ao Ensino Médio, o salário bruto médio mensal das professoras alcançou 5.398,62 reais em 2021, sendo R\$ 4.716,70 o rendimento médio bruto mensal dos professores de Geografia (CAGED, 2024). Mesmo que seja notória a ascensão de ambos no recorte histórico em proporção abaixo do Ensino Médio – 60,21% –, há neste caso – o único entre os níveis de ensino – elevada desproporção.

¹⁴ No mesmo ano, tomando os Anos Finais do Ensino Fundamental como referência, o salário do homem branco esteve 10,7% aquém das mulheres da mesma raça-etnia (CAGED, 2024).

Tabela 6 – Rendimento médio mensal dos-as professores-as dos cursos superiores em licenciatura de Geografia – 2015-2021.

Ano	Total	Homem	Mulher
2015	8.171,84	8.662,60	7.531,87
2016	8.997,24	9.243,31	8.660,28
2017	10.141,59	10.484,35	9.677,16
2018	10.509,82	10.851,69	10.054,58
2019	11.773,20	12.351,14	11.002,95
2020	12.128,50	12.764,92	11.255,42
2021	12.731,66	13.386,76	11.844,85

Fonte: CAGED (2024).

Acrescemos a tal fato que no caso dos professores de Geografia que atuaram no Ensino Superior também ocorreu diferenciação salarial mensal entre brancos-as e negros-as, mas de modo dissimétrico em comparação às etapas de ensino da Educação Básica. Enquanto nos cursos superiores de licenciatura da ciência em questão o “descompasso” se insere dentro dos gêneros, com prejuízos para os negros-as, exceto entre os homens no ano de 2017 e entre as mulheres em 2020, na Educação Básica a raça-etnia é o fator de desproporção em ambos os gêneros – cabe ressaltar que a docente negra foi a única que teve rebaixamento da renda mensal entre 2015 e 2021.

Em suma, mesmo apresentando dados mais equilibrados quando comparado com a docência na Educação Básica, o fator de desequilíbrio salarial no Ensino Superior sobressai para o gênero, e entre as diferentes raças-etnias o maior “descompasso” fora notado no último ano da pesquisa; mas a discrepância entre os níveis de ensino é muito “gritante” – o salário mensal da professora negra de Geografia que lecionou nos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2021 foi de aproximadamente um quarto – 26,7% – do rendimento médio mensal do docente branco que atuou no Ensino Superior no mesmo ano (CAGED, 2024).

Tabela 7 – Média salarial mensal dos professores-as dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil considerando o gênero e a raça-etnia – 2015-2021.

	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
2015	8.678,52	8.438,21	7.256,69	7.016,67
2016	9.160,76	9.118,93	8.360,40	7.971,99
2017	10.647,71	10.672,03	9.630,55	8.944,75
2018	11.333,08	10.775,35	10.465,59	9.553,11
2019	13.237,23	12.715,76	11.671,63	11.573,11
2020	13.855,73	12.804,02	11.591,13	11.716,21
2021	14.272,26	13.586,32	12.455,81	11.421,83

Fonte: CAGED (2024).

Tabela 8 – Média salarial mensal entre os docentes de Geografia dos diferentes níveis de ensino considerando gênero e raça-etnia – 2021.

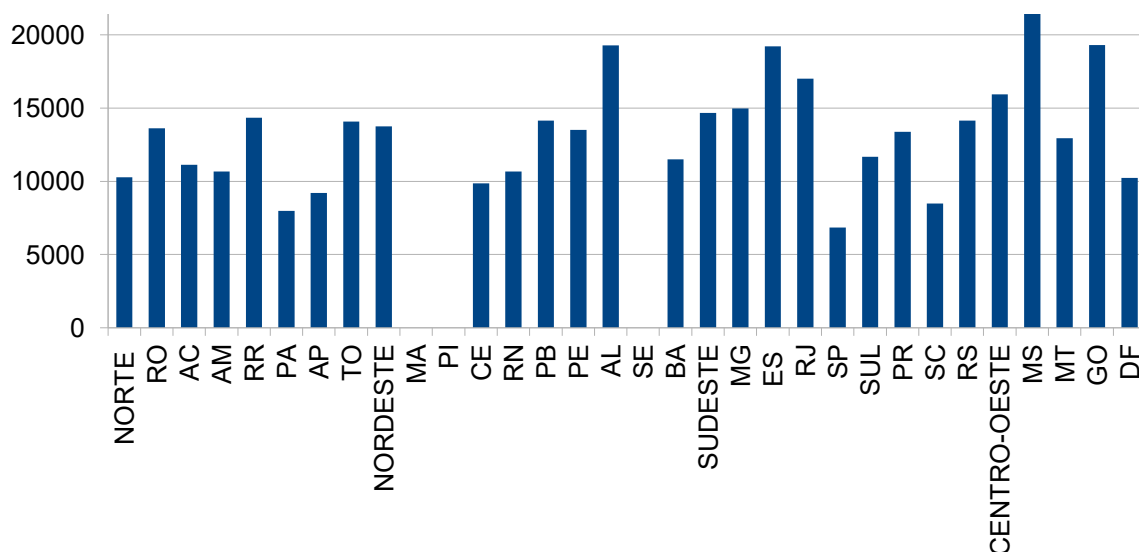
	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Ensino Superior	14.272,26	13.586,32	12.455,81	11.421,83
Ensino Médio	5.013,86	4.514,66	5.704,78	4.954,41
AFEF¹⁵	3.667,98	3.326,05	4.101,83	3.810,51

Fonte: CAGED (2024).

¹⁵ Anos Finais do Ensino Fundamental.

Entre os diferentes estados e regiões¹⁶ ocorreu abrupta diferença salarial mensal, alcançando dados em torno de 314% – quando comparamos Mato Grosso do Sul e São Paulo. O primeiro estado pertence à região – Centro-Oeste – de maior média salarial do Brasil, seguida pelas regiões Sudeste, Nordeste, Sul e Norte respectivamente. Em relação aos estados, o destaque negativo recai para São Paulo que, mesmo com o rendimento mensal médio de R\$ 6.843,32 em 2021, detém média superior aos docentes da Educação Básica.

Figura 2 – Média da remuneração mensal de acordo com os estados e regiões brasileira – 2021.



Fonte: CAGED (2024).

Considerações Finais

Atendendo ao objetivo exposto, observamos que a docência nos cursos superiores de licenciatura em Geografia ao longo do recorte histórico adotado apresenta particularidades na totalidade-educação em nosso país, assim como o *quantum* de vagas-matrículas no Ensino Superior ante à modalidade de ensino, a rede e a forma no qual a IES se estrutura. Enquanto na Educação Básica a composição do gênero tem predominância feminina, em forma crescente quanto menor for a etapa de ensino, no Ensino Superior a maioria é masculina, mesmo com número de docentes mulheres brancas acima dos professores negros. A mesma conclusão equivale para o perfil do trabalho no Brasil de acordo com a escolaridade. Portanto, não cabe

¹⁶ A base de dados não disponibilizou o quantitativo em questão dos estados do Maranhão, Sergipe e Piauí.

apontar apenas para o gênero como elemento de fragmentação entre os docentes, mas realizar sua intersecção com a raça-etnia.

No entanto, a assertiva acima não é cabível para os rendimentos mensais, pois o principal fator de diferenciação salarial na Educação Básica em 2021 ocorreu entre brancos-as e negros-as, em favor dos-as primeiros-as, sendo que no Ensino Superior tal conclusão não se contempla. Todavia, o gênero é o elemento primordial para a dissimetria em relação à renda – com melhores condições para os homens. Mas, o distanciamento entre as raças-etnias fora concebido no que tange o vínculo de trabalho em forma positivada para os-as brancos-as.

No Ensino Superior, assim como nos Anos Finais do Ensino Fundamental, observa-se a ampliação do quantitativo de trabalhadores-as ao longo dos anos – entre 2015 e 2021 –, sendo o oposto verificado no Ensino Médio – etapa de ensino da Educação Básica com o maior número de evasão-abandono, assim como rasa capilaridade das matrículas perante o quantitativo fora dos espaços escolares. Por fim, a tendência observável em todos os indicadores não é negativa, pois os números do salário mensal, vínculo de trabalho, e formação em nível de Pós-Graduação apresentaram evolução no período histórico no qual nos debruçamos – mas ainda estão aquém do considerado ideal. Mas, a conclusão óbvia persiste: desigualdade entre gênero e raça no magistério em Geografia.

Referências

- ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Considerações acerca da BNC-Formação e as novas morfologias do trabalho: o professor de novo tipo. *Terra Livre*, v. 1, n. 60, p. 121-156, 2023.
- CAGED. **As ocupações e o mercado de trabalho (assalariado formal)**. Brasília, DF: CAGED, 2024. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojY2QxYWM4YWVtYTI1OS00NDA4LTgzZGI0MWM5MmYyMGI2OTZkIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LVVmOThmYmFmYTk3OCJ>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2024.
- DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos - Salário mínimo nominal e necessário**. SP: DIEESE, 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 21 de março de 2025.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=39587&t=resultados>>. Acesso em: 21 de março de 2024.
- INEP. **Metodologia de coleta do Censo da Educação Superior - 2022**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/instituicionais/estatisticas_e_indicadores/metodologia_de_coleta_do_censo_2022.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2024.

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a docência dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil entre 2015 e 2021, almejando desvelar possíveis contradições e vicissitudes. Partimos da premissa de que existe uma diferenciação do perfil dos-as professores-as neste campo científico no nível de ensino em questão que espelha, em certo sentido, a própria População Economicamente Ativa (PEA) com formação superior, no qual se reifica pelas disparidades entre brancos-as-negros-as principalmente tomando o rendimento médio como exemplo principal. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter explicativo, que se ancora no detalhamento de dados estatísticos institucionais do Relatório Anual de Informações Sociais pertinente ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (RAIS-CAGED).

Palavras-chave: Trabalho docente; Professores de Geografia; Cursos Superiores de Licenciatura em Geografia.

Resumen: Este artículo analiza las prácticas docentes en cursos de Geografía de pregrado en Brasil entre 2015 y 2021, buscando desvelar posibles contradicciones y vicisitudes. Partimos de la premisa de que existe una diferenciación en el perfil docente de esta disciplina científica en el nivel educativo en cuestión, la cual, en cierto sentido, refleja la Población Económicamente Activa (PEA) con educación superior, lo cual se ve reforzado por las disparidades entre blancos y negros, principalmente tomando como ejemplo el ingreso promedio. Se trata de una investigación básica y explicativa, basada en el análisis detallado de datos estadísticos institucionales del Informe Anual de Información Social del Registro General de Trabajadores Empleados y Desempleados (RAIS-CAGED).

Palabras clave: Trabajo docente; Profesores de Geografía; Cursos de Grado Superior en Geografía.

Recebido em: 2/4/2026.

Aceito em: 1/6/2026.